

**Prefeitura Municipal de
Divinópolis/MG**

**Concurso Público
Edital 01/2024**



Fiscal de Rendas

TARDE

PROVA TIPO 1 - BRANCA

CARGO: FISCAL DE RENDAS

LÍNGUA PORTUGUESA

Da gramática às receitas da vovó

A coluna pede licença para falar... da coluna. Entre as reações de leitores, positivas ou negativas, que por aqui chegam há anos, nenhuma me deixa mais bolado do que a que me considera um destruidor da língua portuguesa.

A acusação é tola, claro. Caso existam, suponho que “destruidores da língua” comecem por destruir, bem, a língua em que se exprimem, não? Que sujeito do povo dos vândalos, ao saquear uma cidade romana, se deteria a acariciar uma Vênus de mármore com embevecimento, em vez de arrasá-la a marteladas?

No entanto, se a acusação carece de base, não lhe faltam adeptos em revezamento perpétuo – a menos que se trate de um único cara obsessivo, quem sabe algum desafeto esquecido dos tempos da faculdade, que fica trocando de nome.

Não, a dona Nilza, minha melhor professora de português, não criou um vândalo ao abrir meus olhos para as delícias da análise sintática naqueles idos dos 1970, no colégio estadual Souza Dantas, em Resende (RJ). Ela se ofenderia com a calúnia, o que talvez fosse divertido; era meio brava.

Ocorre que, depois de estudar a gramática normativa na escola, eu cresci. Como jornalista e escritor, comecei a desconfiar que língua é um troço muito maior do que qualquer compêndio de regrinhas.

Se pensarmos bem, nada é mais óbvio do que isso. Por mais que a gente valorize, digamos, o caderno de receitas herdado de uma avó que cozinhava divinamente, ninguém é maluco de dizer que naquelas páginas estão contidos todos os sabores e saberes sobre culinária, nutrição, agricultura, engenharia de alimentos e história social da comida.

Metaforicamente, é esse o papel dos estudos linguísticos: aplicar o método científico à expansão do nosso conhecimento sobre as línguas, organismos vivos que nascem orais e se renovam todos os dias – até que, não tendo mais falantes, morrem.

Enquanto isso, o caderno da vovó, que ensina a fazer determinados pratos de determinada forma, não perde a sua função. Vamos supor que, pelo contrário, a comida da velha senhora, aquela danadinha, seja do tipo mais valorizado pelas camadas poderosas e influentes da sociedade.

Composto por gramáticas tradicionais e suas versões diluídas – dos manuais voltados para concursos públicos às “páginas de português” que pululam na *internet* –, todo o aparato normativo é comparável a esse caderno.

Diz respeito a uma fatia única, embora importante, do universo linguístico: a norma padrão ou culta, que vem a ser esta em que escrevo e cujo domínio é socialmente recompensado. A culinária da vovó, que aliás era nascida em Lisboa – não sei se já mencionei isso.

Que a língua tem múltiplas camadas além da abarcada pelas receitas da velha é relativamente fácil de compreender. Encontra mais resistência a ideia, não menos verdadeira, de que tudo isso – inclusive o festejado caderno de delícias tradicionais – se submete ao fluxo da história.

Nada na língua está escrito na pedra. Em movimento lento, lentíssimo, mas constante, ela se refaz o tempo todo e vai encontrando novos caminhos por decisão irrecorrível de um soberano: o povo que a fala. Ou seja, todo mundo – e ninguém.

É aí que o reacionarismo gramatical se encrespa. Como assim, querem mexer nas receitas da vovó? Trocar banha de porco por azeite extravirgem? Não se respeita mais nada? Isso é vale-tudo! Destruição!

São histéricos, coitados. Se conseguissem relaxar só um pouquinho, se divertiriam muito mais.

(RODRIGUES, Sérgio. *Da gramática às receitas da vovó*. *Jornal Folha de S. Paulo*, 2024. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/sergio-rodrigues/>. Acesso em: junho de 2024.)

Questão 01

A principal temática discutida no texto é:

- A) A influência do falante na evolução da língua.
- B) A rejeição aos fenômenos de mudança da língua.
- C) A supervalorização da escrita em detrimento da fala.
- D) O retorno ao ensino de regras gramaticais tradicionais.

Questão 02

É possível inferir do texto que um “destruidor da língua” é alguém que:

- A) Utiliza a linguagem informal.
- B) Desconhece a análise sintática.
- C) Ignora as variações linguísticas.
- D) Obedece às normas gramaticais.



Questão 03

Para sustentar e, ao mesmo tempo, ilustrar sua argumentação, o autor estabelece uma comparação entre o caderno de receitas de uma avó e a gramática normativa, porque ambos apresentam em comum:

- A) Análises.
- B) Avaliações.
- C) Instruções.
- D) Advertências.

Questão 04

O autor considera descabido ser tachado, por seus leitores, de “destruidor da língua portuguesa” pelo fato de:

- A) Ser jornalista e escritor.
- B) Saber fazer análise sintática.
- C) Dominar a norma culta escrita.
- D) Compreender a dinâmica da língua.

Questão 05

Um gênero textual muito citado no texto é a receita culinária. Trata-se de um gênero que, via de regra, apresenta duas partes: os ingredientes e o modo de preparo. As tipologias textuais predominantes em cada parte são, respectivamente:

- A) Descritiva e injuntiva.
- B) Descritiva e narrativa.
- C) Expositiva e narrativa.
- D) Injuntiva e expositiva.

Questão 06

A modalização é a maneira pela qual o locutor evidencia sua atitude diante do conteúdo veiculado em seu discurso. Com base nessas informações, analise esta passagem: “[...] *língua é um troço muito maior do que qualquer compêndio de regrinhas.*” (5º§) É possível concluir que o enunciador empregou o sufixo “-inha” para expressar um valor:

- A) Enfático.
- B) Denotativo.
- C) Eufemístico.
- D) Depreciativo.

Questão 07

A figura de linguagem presente na passagem: “*Ou seja, todo mundo – e ninguém.*” (12º§), também pode ser encontrada em:

- A) “*Entre as reações de leitores, positivas ou negativas, [...]*” (1º§)
- B) “[...] *o caderno da vovó, que ensina a fazer determinados pratos [...]*” (8º§)
- C) “[...] *fatia única, embora importante, do universo linguístico: a norma padrão ou culta, [...]*” (10º§)
- D) “[...] *naquelas páginas estão contidos todos os sabores e saberes sobre culinária, nutrição, [...]*” (6º§)

Questão 08

Algumas locuções adjetivas apresentam adjetivos correspondentes, como é o caso de queda de cabelo, queda capilar. Em qual alternativa a locução adjetiva destacada NÃO apresenta adjetivo correspondente?

- A) Banha de porco.
- B) Vênus de mármore.
- C) Caderno de receitas.
- D) Engenharia de alimentos.

Questão 09

“*Ela se ofenderia com a calúnia, o que talvez fosse divertido; era meio brava.*” (4º§) A primeira e a segunda oração do enunciado mantêm uma relação semântica implícita com a terceira. Caso o autor optasse por utilizar um elemento linguístico para introduzir a última oração, o termo mais adequado seria:

- A) No entanto.
- B) Uma vez que.
- C) Contanto que.
- D) Ao passo que.

Questão 10

Considere esta passagem: “Não, a dona Nilza, minha melhor professora de português, não criou um vândalo ao abrir meus olhos para as delícias da análise sintática naqueles idos dos 1970, [...]” (4^º§) Assinale a afirmativa que apresenta um exemplo prático de análise sintática.

- A) A palavra “olhos” apresenta 5 letras e 4 fonemas, possui o dígrafo “lh”, é dissílaba, paroxítona e a separação silábica é o-lhos.
- B) A expressão “minha melhor professora de português” atua como aposto explicativo do sujeito determinado simples “a dona Nilza”.
- C) “Criou” é um verbo regular de 1^a conjugação e está flexionado na 3^a pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo.
- D) O termo “abrir meus olhos” se refere, conotativamente, à capacidade de conscientização, de perceber algo que não via antes, de sair da ignorância.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Arthur, Bernardo, Celso e Diego são netos de Geralda e possuem 4, 6, 8 e 10 bolinhas de gude, mas não necessariamente nessa ordem. Quando questionados pela avó a respeito da quantidade de bolinhas de gude de cada um, responderam:

Arthur: Eu possuo 4 bolinhas de gude;

Bernardo: Eu possuo 10 bolinhas de gude;

Celso: Arthur possui 8 bolinhas de gude;

Diego: Eu possuo 8 bolinhas de gude.

Se somente um dos quatro netos mentiu, de modo que os demais disseram a verdade, qual a soma das quantidades de bolinhas de gude de Arthur, Bernardo e Celso?

- A) 18.
- B) 20.
- C) 22.
- D) 24.

Questão 12

Em determinado processo seletivo, um candidato é classificado se ele for aprovado em, pelo menos, duas das provas I, II e III. O processo foi aplicado a 400 candidatos e foram obtidos os seguintes resultados:

- 160 candidatos não foram aprovados em nenhuma das três provas;
- 140 candidatos foram aprovados na prova I;
- 180 candidatos foram aprovados na prova II;
- 40 candidatos foram aprovados apenas na prova III;
- 20 candidatos foram aprovados nas três provas.

Considerando as informações, qual o número mínimo de pessoas classificadas nesse processo seletivo?

- A) 20.
- B) 40.
- C) 60.
- D) 120.

Questão 13

Silvana, Letícia, Pâmela e Lindalva são amigas e estão prestes a viajar para um país que possui temperaturas muito baixas. Ao se prepararem para a viagem, elas foram até um *shopping* e se depararam com quatro camisas térmicas nas cores verde, roxo, cinza e preta. Cada camisa possui uma única cor, que é distinta das demais. De acordo com a opinião de cada uma, observou-se que:

- Silvana e Letícia gostaram, cada uma, de duas camisas das mesmas cores e sabe-se que uma das cores é roxo;
- Pâmela não gostou das camisas de cores cinza e roxo;
- Lindalva gostou de duas camisas que ninguém tinha gostado e sabe-se que uma das cores é verde.

Se cada uma das amigas gostou de pelo menos uma camisa, pode-se deduzir que:

- A) Letícia gostou da camisa preta.
- B) Silvana gostou da camisa verde.
- C) Pâmela não gostou da camisa preta.
- D) Lindalva não gostou da camisa cinza.

Questão 14

Na última semana, 15 profissionais de uma repartição pública fizeram, juntos, o cadastro completo de 104 processos administrativos. Considere que cada processo foi cadastrado por um único profissional. De acordo com essa situação hipotética, pode-se afirmar, necessariamente, que:

- A) Os profissionais cadastraram, cada um, o mesmo número de processos.
- B) Cada um dos 15 profissionais cadastrou um número diferente de processos.
- C) Não é possível que 3 profissionais tenham cadastrado o mesmo número de processos.
- D) Existem, pelo menos, 2 profissionais que cadastraram, cada um, o mesmo número de processos.

Questão 15

Ricardo possui 3 moedas, sendo cada uma de um dos países A, B e C. Convertendo todos os seus valores para os reais, a moeda do país A tem o mesmo valor que 5 moedas do país B. Adicionalmente, uma moeda do país B tem o mesmo valor que 3 moedas do país C. De acordo com o exposto, 4 moedas do país A tem o mesmo valor que:

- A) 30 moedas do país B.
- B) 40 moedas do país B.
- C) 10 moedas do país B e 20 moedas do país C.
- D) 10 moedas do país B e 30 moedas do país C.

Questão 16

A professora Luciana leciona a disciplina de Cálculo II em três turmas diferentes. Na última quinta-feira, ela aplicou um teste em cada turma e reservou três horas do dia seguinte para a correção de todos os testes. Na primeira hora, Luciana corrigiu metade de todos os testes e, na hora seguinte, ela corrigiu um quarto dos testes restantes. Se na terceira hora ela finalizou o seu trabalho, corrigindo 42 testes, então quantos testes Luciana corrigiu no total?

- A) 112.
- B) 136.
- C) 154.
- D) 168.

Questão 17

Em 4 dias, 10 empacotadoras conseguem, durante uma carga diária de 12 horas, empacotar 2.000 pacotes de café. Considere que os ritmos de trabalho de todas as empacotadoras são iguais. Para a próxima demanda de 3.000 pacotes de café idênticos aos anteriores, o prazo estipulado é de 6 dias. Entretanto, uma das empacotadoras estragou e está na manutenção. Nesse novo cenário, as empacotadoras restantes deverão trabalhar por quanto tempo diariamente para conseguir finalizar a demanda no prazo estipulado?

- A) 13 horas.
- B) 13 horas e 20 minutos.
- C) 13 horas e 40 minutos.
- D) 14 horas.

Questão 18

Na competição de atletismo de uma cidade, participaram 8 atletas, sendo 3 atletas da escola X e os restantes da escola Y. Os 3 atletas que conquistarem as 3 maiores pontuações receberão as medalhas de ouro (1º lugar), prata (2º lugar) e bronze (3º lugar). Quantas possibilidades distintas de que, pelo menos, um dos atletas da escola X ganhe uma medalha?

- A) 60.
- B) 216.
- C) 276.
- D) 336.

Questão 19

As bodas de ouro de um casal foram custeadas pelos seus 5 filhos. O valor total de R\$ 4.240,60 foi dividido entre eles e cada filho pagou uma quantia coerente com a sua renda mensal. Sobre essa situação hipotética, é necessariamente correto afirmar que:

- A) Cada filho gastou mais que R\$ 840,10.
- B) Algum filho gastou mais que R\$ 848,10.
- C) Algum filho gastou menos que R\$ 848,00.
- D) Algum filho gastou entre R\$ 848,00 e R\$ 849,00.

Questão 20

Na preparação para um concurso público, Giovana estipulou que precisaria estudar 2.250 minutos de raciocínio lógico e 3.900 minutos de legislação. Para cumprir a sua meta, ela reservou 45 e 60 minutos diários em todos os dias da semana no estudo de raciocínio lógico e legislação, respectivamente. Giovana começou os estudos de ambos os conteúdos em uma quarta-feira e, após cumprir a sua meta, observou que em 5 dias não conseguiu estudar raciocínio lógico e, nos demais dias, cumpriu o tempo diário para esse conteúdo. Em relação ao conteúdo de legislação, o estudo de Giovana foi ininterrupto e ela cumpriu o tempo diário em todos os dias. Com base nessas informações, em quais dias Giovana finalizou os estudos de raciocínio lógico e legislação, respectivamente?

- A) Quarta-feira e sábado.
- B) Quinta-feira e domingo.
- C) Terça-feira e sexta-feira.
- D) Segunda-feira e quinta-feira.

CONHECIMENTOS DE DIREITO

Questão 21

A Administração Pública da Prefeitura Zeta necessita realizar uma série de contratações e alienações para atender a demanda atual. Sobre o caso, analise os seguintes objetos de contratação:

- I. Obras especiais de engenharia.
- II. Bens e serviços especiais.
- III. Bens comuns cujos objetos possam ser definidos objetivamente.
- IV. Alienação de bens imóveis.
- V. Bens ou serviços produzidos ou prestados no país que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.

Para que a Administração Pública contrate os objetos elencados, como regra, é necessária a realização de licitação, a fim de garantir competitividade, imparcialidade e isonomia entre os interessados. À luz da Lei de Licitações e Contratos – nº 14.133/2021, assinale a alternativa que indica corretamente a modalidade licitatória a ser utilizada em cada objeto.

- A) I. Concorrência II. Convite III. Pregão IV. Leilão V. Concorrência
- B) I. Pregão II. Pregão III. Convite IV. Leilão V. Licitação dispensável
- C) I. Diálogo competitivo II. Concorrência III. Leilão IV. Leilão V. Concorrência
- D) I. Concorrência II. Concorrência III. Pregão IV. Leilão V. Licitação dispensável

Questão 22

O Secretário de Fazenda do Município Ômega conferiu competência a servidor público a ele subordinado para anular determinado ato administrativo editado pela própria Pasta no curso de processo administrativo. Considerando o caso hipotético, o instituto da delegação e a Lei nº 9.784/1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a afirmativa correta.

- A) Não poderia haver a delegação, caso o ato administrativo seja uma decisão de recurso administrativo.
- B) A competência para anular ato administrativo editado de vício editado pelo Secretário pode ser delegada ao Prefeito do Município Ômega.
- C) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- D) Considerando que a competência é sempre irrenunciável, não poderia o Secretário de Fazenda delegar a anulação de ato administrativo viciado, ainda que não haja impedimento legal.

Questão 23

Os direitos fundamentais constituem legítimas prerrogativas que, em um dado momento histórico, concretizam as exigências de liberdade, igualdade e dignidade dos seres humanos, assegurando ao homem uma digna convivência, livre e isonômica, em consonância com os ditames constitucionais. Sobre os direitos fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O lazer é um direito social.
- B) A prisão ilegal será imediatamente comunicada à autoridade judiciária.
- C) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- D) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda.

Questão 24

À luz do regramento constitucional, nomeado e empossado no concurso público para a Prefeitura de Divinópolis:

- A) Não tem direito ao exercício da greve, em razão de serviço público essencial ser ininterrupto.
- B) Não tem garantido o direito à livre associação sindical, em razão da impessoalidade que rege a atuação da Administração Pública.
- C) Que perceber acréscimo pecuniário, não poderá ter tal pecúnia computada nem acumulada para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- D) Não poderá ser nomeado em cargo em comissão, apenas designado para função de confiança, já que aquele cargo é declarado em lei de livre nomeação e exoneração, destinado, portanto, a servidores não concursados.

Questão 25

Píndaro, servidor público da Prefeitura do Município Delta, deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício. Gaia, depois de um ano como servidora pública do Estado Alfa, deixa dolosamente de prestar contas no prazo legal. Ares, ocupante de cargo em comissão na Secretaria de Fazenda do Estado Gama, no curso do processo judicial em que responde por ato de improbidade administrativa, foi condenado por tipo diverso daquele definido na petição inicial. Considerando as situações hipotéticas nos limites informados e as disposições da Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta.

- A) Píndaro e Gaia não praticaram ato de improbidade administrativa. A sentença de mérito que condenou Ares é nula por vedação legal.
- B) Píndaro e Gaia praticaram atos de improbidade administrativa, que atentam contra os princípios da Administração Pública. A sentença de mérito que condenou Ares é nula por vedação legal.
- C) Píndaro não praticou ato de improbidade administrativa. Gaia praticou ato de improbidade administrativa contra o princípio da Administração Pública, em razão da presença do elemento dolo. A sentença de mérito que condenou Ares não é nula, na medida em que o magistrado não está vinculado à capitulação legal conferida pelo Ministério Público na petição inicial, em razão do princípio do livre convencimento motivado.
- D) Píndaro praticou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública. Gaia não praticou ato de improbidade administrativa, por inexistência de fato tipificado em uma das hipóteses previstas na Lei de Improbidade. A sentença de mérito que condenou Ares não é nula, na medida em que o magistrado não está vinculado à capitulação legal conferida pelo Ministério Público na petição inicial, em razão do princípio do livre convencimento motivado.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 26

Ana, Jana e Lana, estudantes de Administração Pública, em razão de tarefa solicitada pelo professor da disciplina de Gestão Governamental, discutem sobre as atribuições dos poderes constituídos no âmbito de Divinópolis. Ana afirmou que incumbe ao Poder Legislativo a tarefa de exercer a fiscalização da administração financeira e orçamentária do Município, com o auxílio do Poder Judiciário Municipal. Jana asseverou que cabe ao Legislativo a fixação do quadro de empregos das empresas públicas do Município, dispensando sanção do Executivo na matéria, visto que se trata de competência privativa. Lana, por sua vez, ao tratar do Executivo, informou que compete ao Prefeito decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou ainda por interesse social. Da análise das afirmações das alunas e com base na Lei Orgânica de Divinópolis, conclui-se que:

- A) Somente Ana está correta.
- B) Somente Lana está correta.
- C) Ana, Jana e Lana estão corretas.
- D) Somente Jana e Lana estão corretas.

Questão 27

Gumercindo, após regular aprovação em concurso público e ao entrar em exercício, iniciou seu período de estágio probatório, tal qual definido no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis – Lei Complementar nº 9/1992. A respeito de tal período, é correto afirmar que:

- A) Caso Gumercindo já seja servidor estável nomeado para outro cargo público municipal, ficará dispensado de novo estágio probatório.
- B) Eventual reprovação no estágio probatório ensejará a realização de curso de reciclagem, definido em lei, somente podendo ser exonerado caso não alcance desempenho satisfatório no referido curso.
- C) Gumercindo terá avaliada sua aptidão e sua capacidade para o desempenho do cargo, observados exclusivamente os fatores de assiduidade e disciplina, vedada a aferição de capacidade de iniciativa, tendo em vista a subjetividade inerente a tal aspecto.
- D) Caberá ao chefe imediato de Gumercindo a conclusão pela permanência ou exoneração de Gumercindo na repartição, sendo que a decisão a esse respeito deverá ser publicada em diário oficial impreterivelmente em até seis meses após findo o estágio probatório.

Questão 28

Analise as afirmativas a seguir, conforme as previsões do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Divinópolis – Lei Complementar nº 9/1992.

- I. João, ocupante de cargo em comissão e que não é servidor efetivo do Município, praticou conduta que enseja a penalidade de suspensão; nesse caso, prevê a lei que João deve ser exonerado do cargo.
- II. A acumulação de cargos públicos é ilícita em qualquer caso, ainda que comprovada a compatibilidade de horários, ressalvada a hipótese de exercício de mais de um cargo comissionado.
- III. O estatuto assegura licença, de igual período, tanto ao servidor quanto à servidora que obtiverem guarda judicial para fins de adoção.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 29

Tício, servidor efetivo há dez anos, consulta seu amigo Mévio, advogado especializado na defesa de agentes públicos, sobre processo disciplinar instaurado em face de uma conduta por ele praticada. De acordo com o Estatuto dos Servidores de Divinópolis, Tício informou corretamente que:

- A) Por ser considerada medida intimidatória e que afeta o direito de autodefesa, a legislação veda a realização de interrogatório do acusado.
- B) O processo disciplinar se desenvolve nas fases de instauração, com a publicação do ato que constitui a comissão, e inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa, relatório e julgamento.
- C) Ainda que a decisão final do processo final seja desfavorável a Tício, a lei permite a revisão do processo disciplinar, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.
- D) Na fase do inquérito, a comissão promoverá de forma sigilosa a tomada de depoimento, acareações, investigações e diligências cabíveis; o servidor somente terá acesso às provas produzidas após a publicação da decisão final do processo disciplinar, oportunidade em que poderá exercer o seu direito de contraditório e ampla defesa.

Questão 30

De acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Divinópolis, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () São bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município, sendo vedada sua alienação.
- () A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara de Vereadores; do Prefeito Municipal; ou dos cidadãos, com subscrição mínima de 5% dos eleitores do Município.
- () Ao Município é vedado estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

A sequência está correta em

- A) F, V, V.
- B) V, V, V.
- C) V, F, F.
- D) F, F, F.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Questão 31

Euler, contador recém-formado, abriu um pequeno escritório de contabilidade. Mesmo após um ano do escritório, seus clientes são escassos e ele consegue levantar apenas o suficiente para viver. Diante dessa situação, Euler resolveu requerer à administração pública municipal de Divinópolis a alteração do regime de arrecadação do ISSQN para o de estimativa fiscal. Considerando a situação hipotética e o disposto no Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O regime de estimativa poderá ser fixado por um período de até doze meses.
- B) Poderá ser alterado o regime, caso o fisco considere o volume da atividade irrisório.
- C) A pretensão de enquadramento no regime próprio deve ser feita através de requerimento próprio.
- D) O valor fixado para o regime de estimativa poderá ser alterado apenas após o período de validade estipulado pelo fisco.



Questão 32

Uma Lei Complementar Municipal estabeleceu o Código Tributário do Município X, localizado no estado de Minas Gerais, e, ainda, as seguintes regras em relação à alíquota do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU):

- I. A alíquota de IPTU para todos os imóveis não edificados estabelecida em 4% a partir do ano seguinte ao da publicação da lei e majorado em 1% para cada ano sucessivo em que o imóvel permanecesse sem edificação, até o limite máximo de 10%.
- II. Os imóveis edificados residenciais cujo valor venal fosse igual ou inferior a 2 milhões de reais com alíquota de 4% e aqueles com valor venal superior a 2 milhões de reais com alíquota de 6%.
- III. A alíquota variar de acordo com a destinação dos imóveis edificados, sendo de 4% e 6% para imóveis residenciais, 5% e 7% para imóveis comerciais e 6% e 8% para imóveis com destinação industrial, conforme o valor venal fosse inferior ou igual a 2 milhões de reais (alíquotas mais baixas) ou superior a este valor (alíquotas mais altas).

Considerando a situação hipotética anteriormente descrita e o ordenamento jurídico brasileiro, é válido o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas.

Questão 33

Jerônimo e Rita são proprietários de um imóvel localizado na área de expansão urbana do Município de Divinópolis, dentro de loteamento aprovado pela prefeitura, onde construíram a pequena casa em que vivem. Sabe-se que a rua é calçada e possui meio-fio, com canalização de águas pluviais. Além disso, conta com abastecimento de água, sistema de esgoto sanitário, rede de iluminação pública com fornecimento domiciliar, além de posto de saúde e escola primária a 4 km de distância. Considerando a situação hipotética e o disposto no Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis, assinale a afirmativa correta.

- A) O valor de lançamento do IPTU do imóvel em questão é o referente ao da Cota Básica Única e Social.
- B) Não é devido IPTU no caso em questão, por se tratar de área de expansão urbana, não zona urbana, sendo devido ITR.
- C) O valor de lançamento do IPTU deve considerar o valor venal do imóvel, de acordo com a legislação vigente da planta de valores imobiliários e dessa Lei.
- D) O valor de lançamento do IPTU considera o valor venal do imóvel, estabelecido após livre avaliação pelo poder público municipal, assegurado o direito de contestação do valor por parte do contribuinte.

Questão 34

De acordo com o Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O espólio é pessoalmente responsável pelos impostos devidos pelo falecido, antes da data da abertura da sucessão até a partilha ou sentença final do processo respectivo.
- () A multa progressiva pela falta de pagamento do IPTU nos vencimentos fixados é de 2%, 5% ou 10%, caso o pagamento seja realizado em até trinta dias após o vencimento, mais de trinta dias após o vencimento ou mais de sessenta dias após o vencimento, respectivamente.
- () O percentual de desconto para o pagamento de uma só vez do IPTU é de 20%.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, F, V.
- C) V, V, V.
- D) F, V, F.

Questão 35

José Arcádio reside sozinho e de favor no imóvel pertencente ao seu irmão, Aureliano, a quem não paga aluguel. O imóvel possui área construída de 140 m², em um terreno com área total de 300 m². Por ser o primeiro ano residindo no imóvel e estar com dificuldades financeiras, José Arcádio se assustou com a chegada da cobrança da taxa de lixo, lançada no valor equivalente de 5,0 UPFMD. Considerando a situação hipotética e o disposto no Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis, José Arcádio:

- A) Pode ser considerado contribuinte para fins de pagamento da taxa de lixo e o valor em UPFMD está correto.
- B) Não pode ser considerado contribuinte para fins de pagamento da taxa de lixo; mas, o valor em UPFMD está correto.
- C) Pode ser considerado contribuinte para fins de pagamento da taxa de lixo; porém, o valor em UPFMD está equivocado.
- D) Não pode ser considerado contribuinte para fins de pagamento da taxa de lixo e o valor em UPFMD está equivocado.

Questão 36

Sobre o regramento da prescrição e da decadência no Direito Administrativo brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

- I. Via de regra, a Lei nº 9.784/1999, no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, pode ser aplicada apenas à União, sendo sua aplicação subsidiária a Estado e Municípios dependentes da inexistência de norma local e específica que regula a matéria.
- II. Incidindo causa de suspensão do prazo prescricional, quando cessada a causa e o prazo voltar a fluir, novamente deve ser reiniciada a contagem do zero, ou seja, de todo o prazo.
- III. Incidindo causa de interrupção do prazo decadencial, quando cessada a causa e o prazo voltar a fluir, novamente deve ser reiniciada a contagem do zero, ou seja, de todo o prazo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.

Questão 37

Acerca da delegação de competência para prática de atos administrativos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A subdelegação depende necessariamente de consentimento da autoridade delegante.
- B) Os atos praticados, durante a vigência da delegação, são de responsabilidade do delegatário.
- C) A delegação não suspende a competência da autoridade delegante durante sua vigência, havendo exercício cumulativo ou concorrente de competência.
- D) O ato de delegação deve especificar as matérias e os poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível.

Questão 38

Sobre o poder de polícia e sua doutrina básica, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O princípio da juridicidade, ao dispor que o exercício do poder de polícia depende do respeito ao ordenamento jurídico, está atrelado à própria legitimidade do exercício desse poder pela Administração.
- () Entende-se como atividades comunicadas aquelas privadas que dependem de prévia autorização da Administração, tendo em vista uma determinação legal, tal como a reunião pacífica em locais abertos.
- () A discricionariedade, coercibilidade e autoexecutoriedade são características do poder de polícia.

A sequência está correta em

- A) V, F, V.
- B) V, V, F.
- C) F, F, V.
- D) F, V, F.

Questão 39

Assinale, a seguir, o vício do ato administrativo que NÃO permite sua convalidação por parte da Administração Pública.

- A) Prejuízo a terceiros.
- B) Má-fé do administrado.
- C) Violação da forma do ato.
- D) Lesão ao interesse público.

Questão 40

Sobre taxas e seu regramento no Código Tributário e Fiscal de Município de Divinópolis, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O poder regulamentar inclui o exercício de atividades normativas, executivas e judicantes.
- () Tendo em vista a discricionariedade do poder disciplinar, a aplicação de sanção disciplinar não depende de motivação do ato.
- () Existente relação de vinculação entre as pessoas administrativas e o respectivo Ente Federado, é cabível recurso administrativo hierárquico em face de decisão proferida pela pessoa administrativa independentemente de previsão legal.

A sequência está correta em

- A) F, F, F.
- B) F, F, V.
- C) V, V, F.
- D) V, V, V.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de uma questão discursiva sobre tema específico do cargo. Será avaliada em vinte pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de cinco linhas e máxima de vinte linhas. Será atribuída nota zero ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	15 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	5 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,25 ponto, até o limite de 5 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Durante atividade rotineira de fiscalização, um servidor da Fazenda Pública Municipal percebeu que certo estabelecimento comercial não havia recolhido o ISSQN lançado relativo ao mês de novembro de 2023. O servidor em questão é a pessoa competente para realizar a fiscalização e os atos subsequentes. Considerando a situação hipotética e o disposto no Código Tributário e Fiscal do Município de Divinópolis, exponha qual providência deve ser tomada pelo servidor da Fazenda Pública e, caso aplicável, quais os requisitos para a regularidade do ato. Discorra, também, sobre o que pode fazer o contribuinte, caso discorde da fiscalização e da cobrança; qual o prazo aplicável, e a data de contagem inicial do prazo.

CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS/MG

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	







INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 30 (trinta) questões de múltiplas escolhas para os cargos de nível fundamental; 40 (quarenta) questões para os cargos de nível médio/técnico; nível superior (áreas diversas); nível superior (saúde); e, nível superior (procuradoria); 1 (uma) dissertação para os cargos de Assistente Educacional, Educador de Trânsito, Professor de Educação Física, Professor de Língua Estrangeira Moderna, Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental, Professor em Atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental na Área de Ciências Humanas, Publicitário, Supervisor Orientador de Ensino e Técnico Escolar; 1 (uma) questão discursiva para todos os demais cargos de nível superior, conforme subitem 1.5 do edital (exceto os que farão dissertação – indicados anteriormente e Procurador do Município); e, 1 (uma) peça prático-profissional privativa de advogado (petição ou parecer) para o cargo Procurador do Município.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 3 (três) horas para cargos somente com provas objetivas; 4 (quatro) horas para cargos com provas objetivas e prova discursiva (relacionados no subitem 5.2.2 do edital – exceto Procurador do Município); e, 5 (cinco) horas apenas para Procurador do Município. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado, ainda, um ponto de acesso à *Internet* para o candidato no endereço indicado no Edital.